

4

Quadro N.º 14
Despesas Ordinárias das PU para a Defesa Nacional
(Em contos)

Ano \ PU	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Timor	Total
1960	2 619	8 480	4 898	203 119	247 666	7 050	6 906	480 738
1961	3 478	11 611	4 271	203 730	260 805	6 982	5 769	496 646
1962	2 794	12 108	4 011	219 973	378 198	10 658	4 977	632 719
1963	4 156	12 069	5 488	404 597	383 316	8 119	5 080	822 825
1964	4 160	12 090	5 055	443 273	448 180	12 159	5 145	930 062
1965	3 432	12 090	5 027	615 896	493 963	20 073	5 116	1 155 597
1966	4 880	12 139	4 895	606 966	689 974	24 666	5 116	1 348 636
1967	3 287	12 102	5 244	862 443	783 420	26 970	5 220	1 698 686
1968	1 557	12 071	5 687	809 971	1 023 339	31 150	5 388	1 889 163
1969	4 720	2 086	6 127	842 618	1 015 354	27 082	5 149	1 907 137
1970	7 631	2 148	7 918	861 942	1 026 365	22 478	5 282	1 933 764
1971	4 565	2 167	6 075	830 813	1 066 477	23 554	4 688	1 938 339

4. Conclusões

As despesas do Exército inseriam-se nas despesas públicas e revestiram-se sempre de grande rigor imprimido pelos seus órgãos de administração (criados ou reestruturados pela Reforma do Ministério do Exército de 1959) em ligação com a Administração Pública. Este rigor foi imposto e controlado no estrito cumprimento das leis e regulamentos da Administração Pública e, ainda, fiscalizado por inspecções administrativas próprias. Tornou-se, assim, possível, com oportunidade, corrigir distorções e apresentar as contas do Exército ao Tribunal de Contas em condições tecnicamente perfeitas.

Os Orçamentos das Despesas Ordinárias e das Despesas Extraordinárias eram feitos pela Repartição de Orçamento e Administração, dentro do princípio da compressão de despesas mas, mesmo assim, as verbas consideradas necessárias eram ainda diminuídas, e de forma mais sensível nas despesas extraordinárias.

5

Anexo N.º 8 ao Capítulo III

**DISCRIMINAÇÃO DOS EFECTIVOS — OF., SARG. e PR.
EM 1964 e 1973**

(Elementos extraídos dos Mapas de Efectivos, em arquivo)

TO	Data	Efectivos				
		Oficiais	Relação Of./Pr.	Sargentos	Relação Sar./Pr.	Praças
ANGOLA	31-12-64	2317	1/19,4	5252	1/8,6	44 924
	30-9-73	3128	1/17,0	9225	1/5,8	53 239
MOÇAMBIQUE	31-12-64	911	1/16,7	1953	1/7,8	15 185
	30-9-73	2504	1/17,3	5658	1/7,7	43 301
GUINÉ	31-12-64	705	1/18,3	1587	1/8,1	12 903
	30-9-73	1557	1/17,3	3575	1/7,5	26 903

Anexo N.º 4 ao Capítulo III
QUADRO DE EFECTIVOS NOS 3 TO
(Referidos a 31 Dezembro)

6

TO Anos	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	—	—	—	—	(a)
1961	33 477	11 209	4 736	49 422	(b)
1962	44 925	11 852	5 070	61 847	(c)
1963	47 400	14 246	9 650	71 296	(d)
1964	52 493	18 049	15 195	85 737	
1965	57 073	22 856	17 252	97 181	
1966	55 816	30 588	20 801	107 205	
1967	57 420	34 721	21 650	113 791	
1968	58 230	36 615	22 839	117 684	
1969	55 574	39 096	26 581	121 251	(e)
1970	55 233	38 712	26 775	120 720	
1971	62 060	44 505	29 210	135 775	(f)
1972	60 317	46 723	29 957	136 997	
1973	65 592	51 463	32 035	149 090	(g)

- (a) Em Dez. 1960, havia em Angola cerca de 6500 militares (dos quais 1500 metropolitanos).
 (b) Valores obtidos através do número exacto oficial dos militares metropolitanos e do arbítrio do recrutamento local para Angola, Moçambique e Guiné de 5000, 3000 e 1000 respectivamente.
 (c) O valor de Angola foi extraído do Rel. Periódico de Comando da RMA de 31-12-62. Para Moçambique e Guiné os valores são estimados, mas, face a outros dados oficiais, estão muito aproximados. Mantêm-se como valores arbitrários de recrutamento local os mesmos de 1961.
 (d) Valores estimados face a dados oficiais para Angola e Moçambique. Para a Guiné o valor foi extraído do Rel. de Comando do CTIG N.º 5/1966.
 (e) Dados referidos a 31-3-70 (Mapa de Efectivos da 1.ª Rep./EME).
 (f) Idem, de 31-3-72.
 (g) Idem, de 30-9-73.

7

A atribuição das verbas ao Ministério do Exército dependeu sempre, mesmo durante os anos das Campanhas, do Ministro das Finanças que efectuava cortes em todos os orçamentos apresentados. Era ele que atribuía as verbas, já orientadas por classes e subdivisões destas, usando para tal critérios que, frequentemente, originavam grandes dificuldades na sua aplicação e ajustamentos às reais necessidades das Campanhas. Também as dificuldades, muitas vezes impostas, no levantamento dos duodécimos atribuídos, criou grandes entraves a uma boa administração do Exército.

O esforço feito no sentido de diminuir as Despesas Ordinárias está bem expresso nas percentagens dos gastos do Exército, relativamente às Despesas Ordinárias do Estado. Durante as Campanhas, esta percentagem, que em 1960 era de 10,7, teve uma baixa muito significativa a partir de 1964, atingindo o seu valor mais baixo no ano de 1973.

No respeitante às Despesas Extraordinárias, os cortes efectuados tinham reflexos directos nas forças em campanha, pois era naquelas verbas que se incluíam as despesas com as forças militares extraordinárias no Ultramar.

Este facto levou, no final de 1965, a estudos pormenorizados no Ministério do Exército no sentido de se saber quais os valores mínimos necessários para as forças em campanha, tendo em atenção as despesas efectuadas até à altura. Concluiu-se que o valor médio da verba aproximada necessária por dia e por homem (oficiais, sargentos e praças) em campanha era, no final de 1965, de 115\$00, assim distribuída:

Vencimento e subsídio de campanha	35\$00
Alimentação	23\$00
Fardamento	5\$00
Transporte (via marítima)	10\$00
Restantes encargos	42\$00

Este valor variava de TO para TO, mas dentro de valores aproximados (Guiné — 105\$00; Angola — 115\$00; e Moçambique — 125\$00).

Os 42\$00 atribuídos a “Restantes Encargos” comportavam a compra de todo o armamento, equipamento, material de aquartelamento, alojamento, assistência religiosa, sanitária e social, combustíveis e lubrificantes, água, luz, correios e telefones e englobava, entre outros, os seguintes valores absolutamente mínimos para um exército em opera-